



Mata Atlântica catarinense

Airton Rodrigues Salerno¹ e Juarez José Vanni Müller²

Introdução

Na época do descobrimento, em 1500, a Mata Atlântica cobria 15% do território brasileiro, área equivalente a 1.306.421km². Atualmente está reduzida a 102.000km², o que corresponde a 7,84% de sua cobertura florestal original. É o segundo ecossistema mais ameaçado de extinção do mundo, ficando atrás apenas das quase extintas florestas da ilha de Madagascar.

Bioma Mata Atlântica

É o mais rico bioma brasileiro em biodiversidade e também o mais devastado. A Mata Atlântica é um complexo ambiental que engloba cadeias de montanhas, vales, planaltos e planícies de toda a faixa continental atlântica leste brasileira, além de avançar sobre o Planalto Meridional até o Rio Grande do Sul.

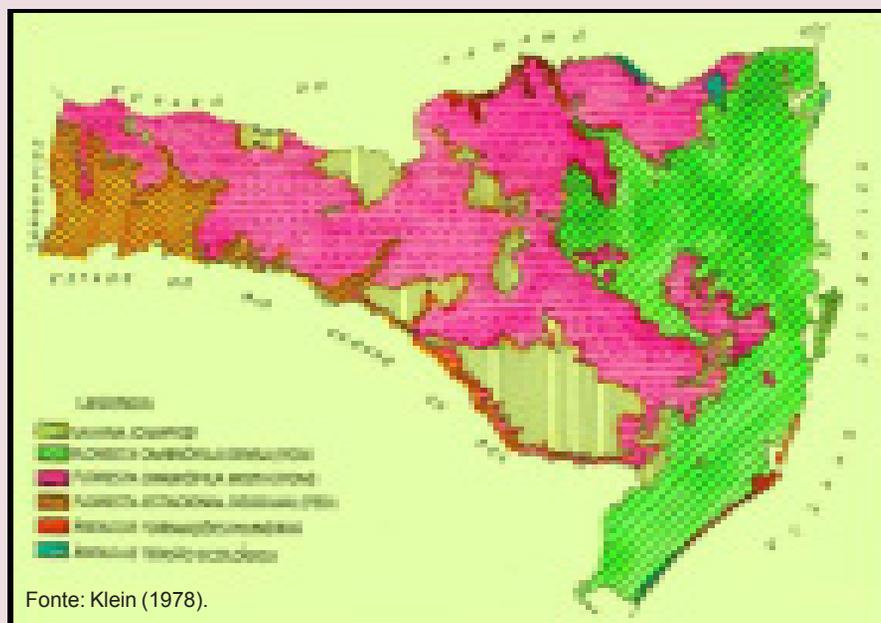
A Mata Atlântica apresenta uma intrincada rede de bacias hidrográficas constituída por grandes rios, como o Paraná, Tietê, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Paranapanema, Uruguai, Itajaí-açu e Ribeira do Iguape. Esse sistema é importante tanto para o abastecimento humano como para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais. A Mata Atlântica abriga mais de 20 mil espécies de plantas, metade das quais é endêmica, ou seja, espécies que não existem em nenhum outro local. É a floresta mais rica do mundo em árvores por unidade de área, chegando a apresentar 454 espécies por hectare no sul da Bahia (Brasil, 2010).

Mata Atlântica em Santa Catarina

O Estado catarinense tem uma superfície territorial de 95.985km², que corresponde a cerca de 1% da área do Brasil, e está totalmente inserido no domínio da Mata Atlântica, incluindo diversas fisionomias florestais e ecossistemas associados. Santa Catarina tinha originalmente 85% da sua superfície coberta por florestas exuberantes, interrompidas no Planalto por manchas de campos naturais que, somadas, perfaziam 14,4% da área total (Figura 1).

Planalto Catarinense; c) Floresta Estacional Decidual (FED), de ocorrência no Vale do Rio Uruguai, cobria 9,6% do Estado (Figura 1).

A Floresta Ombrófila Densa (Figura 2) é caracterizada por densas comunidades de árvores altas, com 30 a 35 metros de altura, entremeadas por estratos inferiores constituídos por árvores, arvoretas e arbustos. Essa floresta apresenta também alta densidade de epífitas, isto é, plantas que vivem sobre as árvores utilizando-se delas apenas como apoio e não para a retirada de nutrientes. Destacam-se nesse grupo representantes das famílias bromeliácea,



Fonte: Klein (1978).

Figura 1. Cobertura vegetal original de Santa Catarina com as tipologias principais

A Floresta Atlântica Catarinense está subdividida em três tipologias principais: a) Floresta Ombrófila Densa (FOD), que ocorre ao longo do Litoral e no Vale do Itajaí, ocupava 32,9% do território catarinense; b) Floresta Ombrófila Mista (FOM), cobria 42,5% do Estado, sendo dominada pelo pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*) e ocorrendo no

orquidácea, cactácea, piperácea, além de diversas famílias de samambaias. Aparecem também nesse tipo de floresta as lianas, ou cipós, as constritoras, as parasitas e os xaxins. A estrutura dessa tipologia florestal e suas espécies componentes mais importantes são apresentadas de forma esquemática na Figura 2 (Klein, 1980; Reis, 1993).

¹ Eng.-agr., M.Sc., Epagri/Estação Experimental de Itajaí, C.P. 277, 88301-970 Itajaí, SC, fone: (47) 3341-5244, email: salerno@epagri.sc.gov.br.

² Eng.-agr., M.Sc., Epagri/Estação Experimental de Itajaí, email: jmuller@epagri.sc.gov.br.



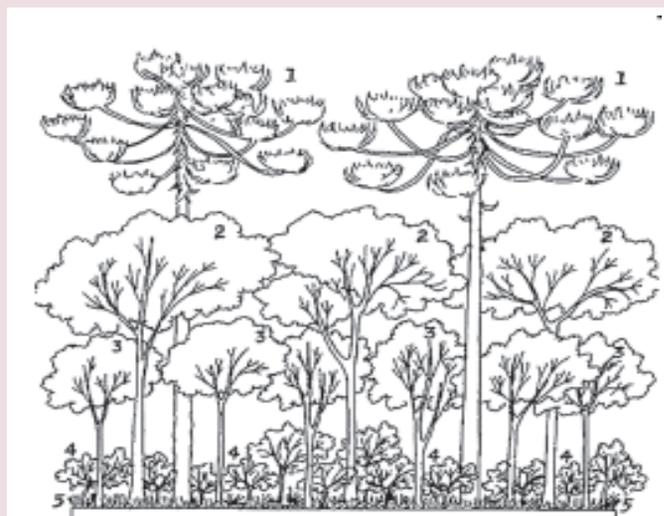
Nota: 1. Estrato "das árvores": canela-preta (*Ocotea catarinensis*), tanheiro (*Alchornea triplinervia*), peroba-vermelha (*Aspidosperma olivaceum*), cedro (*Cedrela fissilis*), pau-óleo (*Copaifera trapezifolia*) e outras; 2. Estrato "das arvoretas": bacupari (*Clusia criuva*), laranjeira-do-mato (*Actinostemon concolor*), palmiteiro (*Euterpe edulis*) e outras; 3. Estrato "dos arbustos": grandúvas-d'anta (*Psychotria suterella* e *P. Kleinii*), pimenteiras (*Mollinedia uleana*, *M. floribunda* e *Rudgea jasminoides*); 4. Estrato herbáceo: caeté (*Calathea* sp.), caeté-banana (*Heliconia velloziana*), capins (*Olyra* e *Pharus*, principalmente); 5. Epífitas: Pteridófitas, Orquídeas e Bromeliáceas diversas; 6. Lianas: cipó-escada-de-macaco (*Clusia criuva*) e vários outros; 7. Constrictoras: mata-paus (*Spirotheca* spp.), figueira-mata-pau (*Coussapoa microcarpa*) e outras; 8. Xaxins: (*Alsophila* spp., *Cyathea* spp. e outras).

Fonte: Klein (1980).

Figura 2. Floresta Ombrófila Densa (FOD)

A Floresta Ombrófila Mista, esquematizada na Figura 3, é também chamada de floresta de araucária (Pinhais) e faxinal. Cobre grande parte do planalto de Santa Catarina e, vista de cima, mostra o predomínio do pinheiro do Paraná, dando a impressão de homogeneidade. Na verdade, isso não é real, tanto que esse tipo florestal é formado por duas subformações: a floresta dos pinhais e a floresta dos faxinais. A primeira é composta por pinheiros de grande porte e submatas bem desenvolvidas e densas. A segunda apresenta pinheiros de menor porte e mais esparsos, com submata baixa e pouco densa (Klein, 1980).

A Floresta Estacional Decidual (Figura 4) é também chamada de Floresta Subtropical do Rio Uruguai. Acompanha o Vale do Rio Uruguai e "sobe" pelos seus afluentes até 800 metros de altitude. É caracterizada pela ausência absoluta do pinheiro e



Nota: 1. Estrato superior: pinheiro brasileiro; 2. Estrato "das árvores": imbuia e canelas; 3. Estrato "das arvoretas": erva-mate e guaçatonga; 4. Estrato dos arbustos; 5. Estrato "das ervas": capins.

Fonte: Klein (1980).

Figura 3. Floresta Ombrófila Mista (FOM)

apresenta quatro sinúsias ou "andares", a saber: árvores decíduas, isto é, que perdem as folhas no inverno; são as mais altas e aparecem espaçadas, formando uma cobertura vegetal aberta. As espécies mais comuns desse grupo são a grápia (*Apuleia leiocarpa*), o angico-vermelho (*Parapiptadenia rigida*), o louro-pardo (*Cordia trichotoma*) e o cedro (*Cedrela fissilis*). A segunda cobertura é formada por árvores perenefoliadas, isto é, que não perdem as folhas, aparecendo com destaque aqui a canela-preta (*Nectandra megapotamica*), a canela-amarela (*Nectandra lanceolata*) e outras canelas (*Ocotea* spp.). O estrato das arvoretas é geralmente bastante uniforme, predominando a laranjeira-do-mato (*Gymnanthes concolor*) e a soroca (*Sorocea bonplandii*) (Reis, 1993).

Dados atuais e perspectivas

A realidade florestal de Santa Catarina começou a ser modificada com os desmatamentos iniciados com a colonização do Brasil e só desacelerou com as proibições legais,

ocorridas a partir de 1965. Com isso, a cobertura florestal do Estado foi reduzida de 85% para 17,46% (Figura 5), área equivalente a 1.662.000 hectares, dos quais apenas 16,84% são de florestas primárias e 83,16% são matas secundárias em estágio médio ou avançado de regeneração (Schäffer & Prochnow, 2002). Dados mais recentes obtidos pela Fatma e pelo Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina indicam respectivamente 41,4% e 36,5% da superfície estadual cobertos por florestas nativas de Santa Catarina. Assim, está ocorrendo aumento da cobertura florestal nativa do Estado, o que é ótimo do ponto de vista ambiental, mas tem restrições legais para utilização e obtenção de renda pelos agricultores.

A legislação e as florestas nativas

Para entendimento da questão legal, é preciso dizer que o código florestal, ora em discussão no Brasil, e a medida provisória 2.166-67/2001 proibiram a exploração das florestas primárias e estabeleceram as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) nas propriedades agrícolas. As APPs são as áreas que margeiam os cursos d'água, cobrem os topos de morros, as nascentes e as encostas com declividade superior a ▶

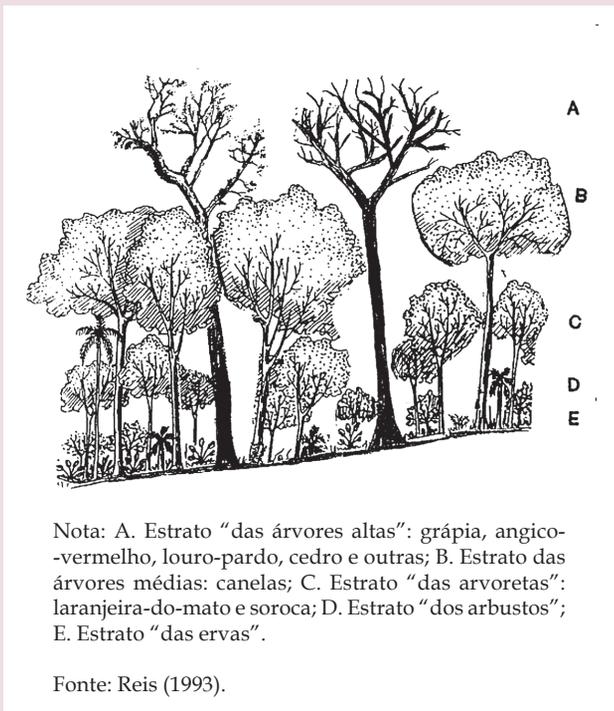


Figura 4. Floresta Estacional Decidual (FED)

45 graus. Têm a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e da flora; proteger o solo; e assegurar o bem-estar das populações humanas. A RL é permanente e deve ser averbada em cartório; consiste em área coberta com vegetação florestal nativa correspondente a 20% da área total da propriedade e não pode ser cortada, mas o manejo sustentado é permitido. Sua função é de conservação e de reabilitação dos processos ecológicos, conservação da biodiversidade e abrigo da fauna e flora nativas. O problema é que essas áreas de proteção ambiental cobrem grande parte da superfície das pequenas propriedades catarinenses, reduzindo as áreas para as atividades agropecuárias. Assim, os agricultores se sentem prejudicados não só pela redução na produção agrícola, mas também pela área “inútil” coberta por floresta e pela qual impostos territoriais devem ser igualmente pagos (Schäffer & Prochnow, 2002).

Considerações finais

A recuperação e, principalmente, a utilização adequada da vegetação natural constituem-se num tema amplo e de difícil equacionamento. Como indicam Fantini & Siminski

(2007), é imprescindível a atuação do poder público no planejamento e na implementação de estratégias para resgate das florestas nativas no desenvolvimento rural e também para a satisfação dos agricultores na sua utilização e conservação. Para que isso se torne realidade, é necessário o envolvimento conjunto das Universidades e também das instituições públicas ligadas aos setores ambiental e agrícola de Santa Catarina. Em face das recentes mudanças climáticas e suas nefastas consequências, há uma predisposição

geral para essa construção em equipe, já esboçada no projeto Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Falta apenas uma ação forte, decidida e continuada das lideranças técnicas da área e o envolvimento dos dirigentes institucionais recentemente empossados.

Literatura consultada

1. FANTINI, A.C.; SIMINSKI, A. De agricultor a “agricultor silvi-

cultor”: um novo paradigma para conservação e uso de recursos florestais no Sul do Brasil. *Agropecuária Catarinense*, v.20, n.1, p.16-18, 2007.

2. KLEIN, R.M. Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina. *Flora Ilustrada Catarinense*. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978. 24p.

3. KLEIN, R.M. Ecologia da flora e vegetação do Vale do Itajaí. *Sellowia*, v.32, n.32, p.165-389, 1980.

4. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Conservação da Biodiversidade. Núcleo Mata Atlântica e Pampa. *Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros*. 2.ed. Brasília: MMA, 2010. 408p. il. (Biodiversidade, 34).

5. REIS, A. *Manejo e conservação das florestas catarinenses*. Trabalho apresentado para o concurso público de professor titular no Centro de Ciências Biológicas (UFSC). 1993.

6. SCHÄFFER, W.B.; PROCHNOW, M. Mata Atlântica. In: SCHÄFFER, V.B.; PROCHNOW, M. (Eds.). *A mata atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira*. Brasília, DF: Apremavi, 2002. p.12-46. ■

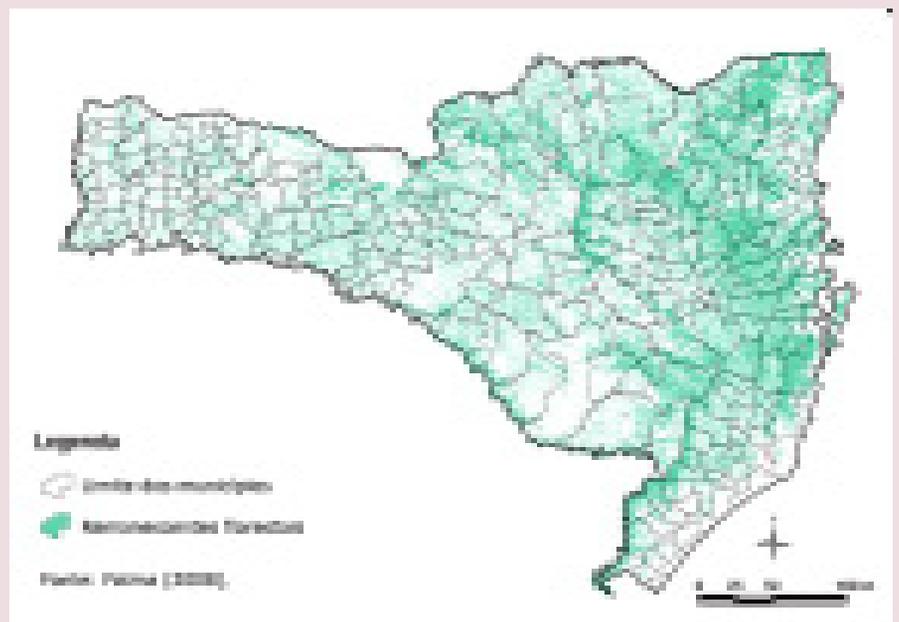


Figura 5. Cobertura florestal nativa de Santa Catarina atualizada